



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
3ª Vara Cível da Comarca de Olinda**

**Processo nº 0123243-57.2018.8.17.2990**

**AUTOR: NADJA GOMES DE OLIVEIRA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**DESPACHO**

No caso vertente, verifico que a parte autora não fez prova da impossibilidade de pagar as custas processuais, limitando-se a declará-la na inicial.

Anoto que o benefício da gratuidade da justiça (art. 98 do CPC-15) pode, em regra, ser deferido à parte mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado.

Tem-se entendido, contudo, que ao juiz é facultado, inclusive de ofício, indeferir o referido benefício quando houver, nos autos, elementos de convicção que elidam tal presunção.

De se registrar, inclusive, que tal fiscalização se faz necessária na medida em que a gratuidade da justiça implica na ausência de recolhimento de custas, ou seja, dispensa de pagamento de tributo, podendo resultar em prejuízo para o erário.

Sendo assim, **intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias, juntar aos autos documentos que comprovem o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade da justiça, sob pena de indeferimento do benefício** (art. 99, § 2º, c/c art. 218, § 3º, do CPC-15).



Findo prazo, caso não haja resposta da parte autora, intime-se para que pague as custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC).

OLINDA, 31 de outubro de 2018

Juiz(a) de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

### DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV PAN NORDESTINA, S/N, Km 4, Vila Popular, OLINDA - PE - CEP: 53010-210

3ª Vara Cível da Comarca de Olinda  
Processo nº 0123243-57.2018.8.17.2990  
AUTOR: NADJA GOMES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

#### INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Olinda, **fica a parte AUTORA, intimada do inteiro teor do Despacho de ID 37361007**, conforme segue transcrito abaixo:

*" DESPACHO No caso vertente, verifíco que a parte autora não fez prova da impossibilidade de pagar as custas processuais, limitando-se a declará-la na inicial. Anoto que o benefício da gratuidade da justiça (art. 98 do CPC-15) pode, em regra, ser deferido à parte mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado. Tem-se entendido, contudo, que ao juiz é facultado, inclusive de ofício, indeferir o referido benefício quando houver, nos autos, elementos de convicção que elidam tal presunção. De se registrar, inclusive, que tal fiscalização se faz necessária na medida em que a gratuidade da justiça implica na ausência de recolhimento de custas, ou seja, dispensa de pagamento de tributo, podendo resultar em prejuízo para o erário. Sendo assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias, juntar aos autos documentos que comprovem o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade da justiça, sob pena de indeferimento do benefício (art. 99, § 2º, c/c art. 218, § 3º, do CPC-15). Findo prazo, caso não haja resposta da parte autora, intime-se para que pague as custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC). OLINDA, 31 de outubro de 2018 Juiz(a) de Direito "*

OLINDA, 5 de novembro de 2018.

CLAYTON LUIZ DA SILVA  
Diretoria Cível do 1º Grau



**AO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE OLINDA – PERNAMBUCO**

Processo nº 0123243-57.2018.8.17.2990

AUTOR: NADJA GOMES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**NADJA GOMES DE OLIVEIRA**, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, por seu advogado, responder despacho proferido por V. Exa.

Afim de comprovar sua situação de hipossuficiência, a parte autora coleciona cópia do seu contracheque, que comprova sua situação de trabalhadora de baixa renda e corrobora com as alegações trazidas na exordial.

Requer-se, por fim, a **concessão da justiça gratuita**.

Termos nos quais;

Pede deferência.

Olinda/PE, 12 de novembro de 2018.

**Aulleon Fernandes**

OAB/PE 44270



## Demonstrativo de Pagamento de Salário

Prefeitura Municipal de Olinda

<b>CNPJ:</b> 10.404.184/0001-09	<b>Outubro / 2018</b>
<b>Matrícula:</b> 63314-3	
<b>Nome:</b> Nadja Gomes De Oliveira	
<b>CPF:</b> 025.511.584-94	
<b>Cargo:</b> Tec.niv.medio Contrato	
<b>Admissão:</b> 02/05/2014	
<b>Depto:</b> Cteip-dec.066/14-p.pr.29/16-sec. De Infra	
<b>Vínculo:</b> Contratado	
<b>Regime:</b> Celetista	

Código	Descrição	Referência	Rendimentos	Descontos
2	Vencimento	180	954,00	
893	Aux. alimentação (Indeniz.)	19	285,00	
528	INSS	8		76,32
		<b>Totais</b>	1.239,00	76,32
		<b>Valor Líquido:</b>		1.162,68
<b>Salário Base</b>	<b>Salário Contr. INSS</b>	<b>Base Calc. FGTS</b>	<b>FGTS do Mês</b>	<b>Base Calc. IRRF</b>
1.239,00	76,32	263,30	0,00	954,00

GP - 07/11/2018 11:44:33





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV PAN NORDESTINA, S/N, Km 4, Vila Popular, OLINDA - PE - CEP: 53010-210

---

3ª Vara Cível da Comarca de Olinda  
Processo nº 0123243-57.2018.8.17.2990  
AUTOR: NADJA GOMES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**CERTIDÃO**

Certifico, para os devidos fins de direito, que tendo em vista o determinado no despacho de ID 37361007 e, diante do requerimento apresentado na petição de ID 37806467, faço os autos conclusos. O certificado é verdade. Dou fé.

OLINDA, 20 de março de 2019.

**CLAYTON LUIZ DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau





**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
3ª Vara Cível da Comarca de Olinda**

**Processo nº 0123243-57.2018.8.17.2990**

**AUTOR: NADJA GOMES DE OLIVEIRA**

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**DESPACHO**

Defiro os benefícios da Gratuidade da Justiça.

Cite-se o réu, contendo advertência a respeito do teor dos artigos 335, III, e 344 do CPC-15.

Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias úteis:

1. Havendo contestação, manifeste-se em réplica, inclusive com apresentação das provas que pretende produzir (art. 350 e 351 do CPC-15); ou
2. Havendo revelia, informe se pretende produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado do mérito (art. 348 e 355, II, do CPC-15); ou
3. Havendo formulação de reconvenção, apresente resposta à reconvenção (art. 343, § 1º, do CPC-15).

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334, do CPC-15, em virtude do baixo índice de transação na realização das mesmas, não impedindo que as partes venham requerê-la a qualquer momento.



OLINDA, 21 de março de 2019

Juiz(a) de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

AV PAN NORDESTINA, S/N, Km 4, Vila Popular, OLINDA - PE - CEP: 53010-210

3ª Vara Cível da Comarca de Olinda  
Processo nº 0123243-57.2018.8.17.2990  
AUTOR: NADJA GOMES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 3ª Vara Cível da Comarca de Olinda, **fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 42751346**, conforme segue transcrito abaixo:

*" DESPACHO Defiro os benefícios da Gratuidade da Justiça. Cite-se o réu, contendo advertência a respeito do teor dos artigos 335, III, e 344 do CPC-15. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias úteis: 1. Havendo contestação, manifeste-se em réplica, inclusive com apresentação das provas que pretende produzir (art. 350 e 351 do CPC-15); ou 2. Havendo revelia, informe se pretende produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado do mérito (art. 348 e 355, II, do CPC-15); ou 3. Havendo formulação de reconvenção, apresente resposta à reconvenção (art. 343, § 1º, do CPC-15). Deixo de designar a audiência prevista no art. 334, do CPC-15, em virtude do baixo índice de transação na realização das mesmas, não impedindo que as partes venham requerê-la a qualquer momento. OLINDA, 21 de março de 2019 Juiz(a) de Direito "*

OLINDA, 24 de abril de 2019.

**CLAYTON LUIZ DA SILVA**  
Diretoria Cível do 1º Grau

